







E é também quando estas discussões passam a ter um âmbito internacional, como por exemplo, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, na Espanha em 1994, cujas discussões deram origem ao documento Declaração de Salamanca, o qual diz respeito aos princípios política e prática em Educação Especial, sendo o objetivo central propor linhas de ação em educação especial, dentro da política de uma escola inclusiva.

Em relação a esta trajetória histórica da educação especial, ainda destaca-se o documento: Política Nacional de Educação Especial (MEC, 1994). Por meio deste documento, o Ministério da Educação estabelece como diretrizes da Educação Especial, apoiar o sistema regular de ensino para a inserção de pessoas com deficiência, e dar prioridade ao financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de integração, entre outras exigências (MEC/SEED, 1994).

Assim, o governo brasileiro iniciou várias ações em benefício das pessoas com deficiência, através dos ministérios relacionados à saúde, educação, trabalho assistência social e outros, e em 1984 buscou definir prioridades por áreas de atuação, quando cria programas de Educação Física para pessoas com deficiência.

A ideia de pessoas deficientes praticarem esportes chegou ao Brasil em 1958, quando alguns deficientes físicos voltaram dos Estados Unidos após participarem de esportes adaptados. Com isso surgiram as primeiras instituições voltadas para pessoas com deficiências, segundo Lima (2005), em 1854 foi criado o Instituto dos Meninos Cegos, o que originou no Brasil o atual Instituto Benjamim Constant.

Assim, em 1986, é constituída uma comissão de Especialistas em Educação Física, juntamente com a Secretaria de Ensino Superior, que formou um grupo de trabalho para consolidar todos os estudos, relatórios e documentos contendo críticas e sugestões sobre a questão.

No ano seguinte, ocorre um encontro promovido pelo subprograma de capacitação de recursos humanos na Educação Física para o ensino especial da SEED/MEC, no qual foi acordada a ampliação do subprograma além da continuidade dos cursos de treinamento, atualização e os de especialização. Ocorrendo ainda um acordo com as Instituições de Ensino Superior (IES) para a inclusão da disciplina Educação Física Especial na graduação dos cursos de Educação Física (LIMA, 2005).

A partir deste contexto professores de Educação Física e interessados iniciaram um processo de discussões técnicas e científicas, com objetivo de trocar experiências e ampliar os conhecimentos adquiridos, muitas vezes, de forma empírica, por meio de ensaio e erro. A

implantação da disciplina Educação Física Adaptada efetiva-se oficialmente nos cursos de graduação em Educação Física (LIMA, 2005, p. 34).

A Resolução 03/87, que obriga a disciplina Educação Física Adaptada no quadro curricular dos cursos de Educação Física, representou um marco divisor, pois trouxe à luz do currículo discussões referentes à pessoa com deficiência para os conhecimentos produzidos na área isto só foi possível por conta de uma matriz humanista que ganhou destaque juntamente com as reflexões no campo educacional (SILVA, 2005).

Na educação a inclusão se tornou um debate frequente, porém uma das questões centrais para garantir o acesso e permanência das pessoas com deficiência na escola é justamente uma boa formação docente, sobre o papel do professor no desenvolvimento do trabalho pedagógico respeitando a peculiaridade de cada aluno e considerando que o professor é um sujeito ativo na estruturação do conhecimento.

Neste sentido, Vygotsky citado por Souza (2006) diz que as condições de desenvolvimento da criança com deficiência são as mesmas em relação a de uma criança sem deficiência, sendo possível que com uma educação acessível e de qualidade todas elas alcancem as suas potencialidades e conseqüentemente se tornem pessoas úteis e participantes da sociedade. Para isto é necessário ressaltar que os propósitos na educação são a imagem “da concepção social do ensino e da aprendizagem e da concepção social do ensino voltado para a diversidade” (p. 27).

Contudo, no capitalismo os educadores produzem capital indiretamente, através do conhecimento. Porém, este mesmo conhecimento pode servir para manter e/ou desenvolver este sistema, mas por outro lado, pode também questioná-lo, proporcionando o debate e sua possível transformação e superação (LOPES, 2005. p. 66).

Diante disto, Pimenta (2005), concebe que se deve esperar das licenciaturas, o desenvolvimento, habilidades, atitudes e valores que possibilitem aos estudantes construir continuamente seus saberes-fazeres docentes diante dos desafios do cotidiano, tendo o ensino como prática social. Afirma,

Espera-se, pois, que mobilize os conhecimentos da teoria da educação e da didática necessários à compreensão do ensino como realidade social, e que desenvolva neles a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, construir e transformarem os seus saberes-fazeres docentes, num processo contínuo de construção de suas identidades como professores (PIMENTA, 2005. p. 18).

Portanto, é necessária uma preparação básica adequada onde sejam oportunizadas ao futuro professor, estratégias para aprimorar seu trabalho com todos os alunos dando respostas





FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. **Atividade Física Adaptada**. Barueri - Sp: Manole, 2005.  
LIMA, Sonia Maria Toyoshima. **Educação Física Adaptada: proposta de ação metodológica para formação universitária**. Tese de doutorado – Faculdade de Educação Física da UNICAMP – Campinas, São Paulo, 2005.

LOPES, Regina Maria G. Pereira. **Concepções pedagógicas e emancipação humana: um estudo crítico**. In: Selma Garrido Pimenta (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Paz e terra, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares – São Paulo: Boitempo, 2005.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. 2004. 399 f. Tese (Doutorado em educação) – Programa de pós-graduação em educação, Universidade Fluminense: educação e trabalho, Niterói, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: Selma Garrido Pimenta (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2005.

POCHMANN, Márcio. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. 2000. Disponível em: <<http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>> Acesso em 20/11/2007.

ROSSETTO, E. **Processo de Inclusão: um grande desafio para o século XXI**. Disponível em: [www2.uepa.br/inedta/Arquivos/INCLUS\\_O\\_UM\\_GRANDE\\_DESAFIO.pdf](http://www2.uepa.br/inedta/Arquivos/INCLUS_O_UM_GRANDE_DESAFIO.pdf). Acesso em 29 de Novembro de 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA, Rita de Fátima da. **A Ação do Professor de Ensino Superior na educação Física Adaptada: construção mediada pelos aspectos dos contextos históricos, políticos e sociais**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação Física – UNICAMP, São Paulo, 2005.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOUZA, Lucimêre Rodrigues. A prática docente em atenção à diversidade: reflexões sobre a práxis educativa. In: Marilda Carneiro Santos; Isa Maria Carneiro Gonçalves; Solange Lucas Ribeiro (Orgs). **Educação Inclusiva em Foco**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2006.

TORRES GONZÁLEZ, José Antônio. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Tradução Ernani Rosa – Porto Alegre: ARTMED Editora, 2002. p. 242-259.